



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO	30 JAN 1980		
JORNAL DE NOTÍCIAS			

**POLÍTICA EXTERNA: TEMA QUENTE**

**DECLARAÇÕES DE MELO ANTUNES  
DESPERTAM FORTES REACÇÕES**

● **Palavras «estranhas» e «lamentáveis» — diz Freitas do Amaral**

O vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, declarou ontem que o Governo português entende que «o momento inter-nacional actual é de crítica à União Soviética e não àqueles que a condenam». À che-gada de Estrasburgo, onde esteve durante três dias para apresentar o relatório do Comité de Ministros do Conselho da Europa, o ministro democrata-cristão refutou também recentes declarações produzidas pelo tenente-coronel Melo Antunes, consi-derando-as «estranhas» e «lamentáveis».

Nas referidas declarações, aquele conselheiro da Revolu-ção havia manifestado a sua «apreensão quanto aquí-lo que é considerado um cer-to retorno da política exter-na portuguesa», considerando que os actuais responsá-veis por essa política defen-diam «teses que já fizeram época há algumas dezenas de anos», com um tipo de linguagem favorável à inten-sificação da guerra fria, e nada propícia à paz e ao de-sanuviamento».

Comentando essas declara-ções, Freitas do Amaral afir-mou não ser da competên-cia do Conselho da Revolu-ção ou dos seus membros «pronunciar-se publicamente» sobre a política externa portu-guesa.

«O Governo», afirmou, «não abdica do seu direito de con-duzi-la como entender mais convenientemente aos inte-resses nacionais e dentro do programa aprovado no Par-lamento».

Tendo em conta que as acusações sobre «o tipo de linguagem» usado pelo MNE se dirigem contra as posi-ções tomadas em relação à URSS, o vice-primeiro-minis-tro recordou que vários pa-íses islâmicos «criticaram se-veramente» a União Soviética, nos casos do Afeganistão e de Sakharov, e perguntou-se «se temos entre nós per-sonalidades mais terceiro-mundistas que os próprios países do Terceiro Mundo».

Recordando os exemplos de países socialistas como a China, Roménia e Jugoslávia, que se pronunciaram contra «as atitudes condenáveis da URSS», Freitas do Amaral pôs em questão se «o tercei-ro-mundismo é afinal a capa da defesa do pró-sovietismo».

Segundo Freitas do Ama-ral, o Governo português, não deseja, «de modo nenhum», o regresso à guerra-fria. O vice-primeiro-ministro enten-de, contudo, que o desarma-mento «não pode ser um mo-vimento unilateral», devendo acabar o conceito pró-sovié-tico do mesmo, segundo o qual «é ao Ocidente que cabe sempre recuar e à URSS avançar sempre, mesmo com violação do Direito Interna-cional».

Reafirmando claramente uma política externa pró-europela e pró-ocidental, Freitas do Amaral acres-centou que, se ela é motivo de escândalo para alguns em Portugal, então isso vem demonstrar que anteri-ormente ela estava a ser utilizada até aqui, ilegiti-mamente, por alguns, con-tra os interesses de Portu-gal e do mundo ocidental e a favor dos interesses so-viéticos».

★ **CASO PINTASSILGO SEM «REPERCUSSÃO INTERNACIONAL»**

Para aquele membro do Executivo, «se isso era assim ou alguma vez foi», tal «não volta a acontecer».

Freitas do Amaral, nas declarações que prestou à Imprensa no aeroporto da Portela, rejeitou, ainda for-malmente «a má-fé da sua equiparação, mesmo relati-va, ao caso Sakharov» (equiparação sugerida por Melo Antunes).

Para o responsável da pasta dos Negócios Estran-geiros, o caso de Sakharov «é suficientemente sério e dramático» para sobre ele «se fazerem especulações desviadas e distorcidas». Aliás, segundo referiu, «a situação da engenheira Lur-des Pintassilgo não tem a menor repercussão interna-cional».

A este respeito, Freitas do Amaral relatou o acon-tecido na passada segunda-feira na Assembleia Parla-mentar do Conselho da Eu-ropa, quando um socialista português (Manuel Alegre) levantou a questão de Lur-des Pintassilgo, o que levou um deputado francês, «no meio do aplauso e do riso geral, a dizer que não devia confundir-se o Reno com o Tejo, levantando-se proble-mas que poderiam interes-sar ao Parlamento portu-guês, mas não ao europeu».

Neste sentido, o vice-pri-meiro-ministro português considerou «lamentáveis» as declarações do conselheiro da Revolução Melo Antunes,

que, acrescentou, «porque vive num país onde não há, felizmente, casos Sakharov, pode criticar o Governo à vontade quantas vezes qui-ser, que o Governo respon-der-lhe-á».

«Como Melo Antunes foi muitas vezes o principal inspirador da anterior polí-tica externa portuguesa, quanto mais criticar o Go-verno mais o Governo sen-tirá que está a seguir o cam-inho certo», acrescentou.

Quanto à Conferência pa-ra a Segurança e a Coope-ração na Europa, a reali-zar em Março, em Madrid, Freitas do Amaral disse não ter qualquer ideia de propor o seu adiamento, nem dela prescindir «por agora», mas, acrescentou, «se se reali-zar, será certamente uma ocasião de chamar à res-ponsabilidade a URSS, que não cumpriu a Acta de Hel-sínquia».

Quanto à nacionalização das acções do Estado angolano na «Dialap», em Lis-boa, em resposta à nacio-nalização da «Diamang» em Angola, (assunto a que nos referimos noutra local) dis-se que, embora a «orienta-ção genérica» do Governo português seja a de «desenvolver as melhores relações», isso «não pode impedir que Portugal reaja a actos» que considere «negativos para o nosso país».

★ **PSD CONTRA «INGERÊNCIA» DE MELO ANTUNES**

As controversas declara-ções do tenente-coronel Me-lo Antunes foram, também objecto de condenação do Partido Social-Democrata.

Para os sociais-democra-tas, as palavras que o pre-sidente da Comissão Cons-titucional proferiu à sua chegada de Belgrado signi-ficam «uma nítida inge-rência na área do Exe-cutivo».

Em comunicado, a Co-missão Política Nacional do PSD afirma que aquelas declarações são susceptí-veis de criarem «um clima de tensão entre os dife-rentes órgãos de soberania».

Os sociais-democratas entendem que, presidindo o general Ramalho Eanes ao Conselho da Revolução o mínimo que há a esperar dele é que condene formal-mente a atitude de Melo Antunes, membro daquele Conselho.

Segundo o PSD, Melo Antunes produziu «afirma-ções de extrema gravidade e total ausência de senso político, que servem objec-tivamente a política ex-pansionista da URSS».

Por outro lado, comparar a situação de Lurdes Pin-tassilgo com a repressão e deportação de que foi ví-

tima Sakharov é, segundo o comunicado do PSD, «ridículo» e denotador de «confusionismo político».

Finalmente, a CPN do PSD considera útil que Me-lo Antunes «se situe na posição política que a Constituição lhe indica muito claramente» e lem-bra que «o Governo portu-guês se encontra plena-mente legitimado para actuar conforme aos inte-resses da democracia e de Portugal».